



Lula exorta o eleitor 70+ a ir às urnas dia 4

No comício em São Gonçalo (RJ), presidente ressalta que idade não impede ninguém de votar, apesar de que essa faixa de idade não está obrigada a participar das eleições

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez, ontem, uma exortação aos eleitores com mais de 70 anos, cujo voto é facultativo, para que compareçam às urnas, em 4 de outubro, data do primeiro turno das eleições. Fez questão de frisar que a idade não pode ser um fator impeditivo para o exercício do dever cívico.

“Se eu tenho 80 anos, estou aqui pulando e sou candidato (à reeleição), por que o cara de 70 anos iria dizer: ‘Ah!, não preciso votar’. Desistiu da vida?”, disse Lula, em discurso durante evento e campanha campanha em São Gonçalo, município da região do Grande Rio.

Além de incentivar a ida de idosos maiores de 70 anos às urnas eletrônicas, Lula frisou que a participação política deve estar associada à identificação do eleitor com alguma causa. “Levanta a bunda e vai votar. O Brasil precisa de você. Escolhe um dos candidatos e veja quem pensa como você”, completou. Lula estava acompanhado de Eduardo Paes (PSD), candidato ao governo do estado, e dos postulantes ao Senado Pedro Paulo (PSD) e Benedita da Silva (PT) — que, aliás, tem 84 anos.

O aceno de Lula à terceira idade pode ser explicado porque pesquisas de intenção de voto apontam empate técnico no segundo turno entre ele e Flávio Bolsonaro na faixa dos eleitores com mais de 60 anos. Segundo o mais recente levantamento da Quaest, o filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro teria 42% e o presidente, com 41%.

Lula também cobrou investigações contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Citou casos de aventuras sexuais, mas não mencionou o nome de nenhum dos ministros. Na semana passada, foram reveladas mensagens que indicam um suposto encontro do ministro Kassio Nunes Marques com uma garota de programa bancado pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

“Era muita coisa errada, era muita festa, gente que vinha do estrangeiro. E, cada vez aparece um

Ricardo Stuckert/Campanha Lula



nome de uma pessoa, essa gente precisa ser investigada, porque a gente não pode permitir que a Suprema Corte brasileira fique sob suspeita. A verdade tem que vir a público. Vamos deixar todo mundo ser investigado para que a gente possa punir de acordo com o crime que cometeram”, disse.

Caso Master

Lula repetiu o discurso de que a direita bolsonarista (citada pelo presidente como “eles”) criou “um banqueiro que praticou a maior corrupção na história financeira deste país” e que foi seu governo o responsável por prendê-lo. Falou que o processo do caso Master “está só começando”. Também creditou aos bolsonaristas os desvios no INSS.

“Estamos brigando contra um time que tentou roubar a Previdência Social deste país”, afirmou.

Lula afirmou que seus opositores querem “entregar as nossas riquezas”. Citou uma proposta que ficou conhecida como PEC das

Se eu tenho 80 anos, estou aqui pulando e sou candidato (à reeleição), por que o cara de 70 anos iria dizer: ‘Ah!, não preciso votar’. Desistiu da vida? Levanta a bunda e vai votar. O Brasil precisa de você. Escolhe um dos candidatos e veja quem pensa como você”

Presidente Lula

praias, que tinha como objetivo transferir a propriedade dos chamados terrenos de marinha (faixas de 33 metros de largura ao longo de toda a costa brasileira), que hoje

pertencem à União, para estados, municípios e donos particulares ou ocupantes. A proposta era relatada por senador Flávio Bolsonaro.

O presidente falou que “o que está em jogo é a democracia ou a barbárie” e voltou a dizer que “não olho o partido do prefeito” para enviar recursos do governo federal.

À noite, já em campanha em Maceió, voltou a anunciar o fim das bets. E acrescentou que o plano de medidas de “proteção às famílias e à economia popular” vai abranger iniciativas para conter o endividamento da população, com ações via cartão de crédito e Pix.

“Cartão de crédito é uma desgraça. A gente não vê o dinheiro e sai gastando. Agora, você nem precisa pedir o cartão de crédito porque o banco libera e você vai gastando. Vamos tomar medida em relação a isso. Também é preciso fiscalizar como manuseiam o Pix. Quero que vocês façam dívidas para coisas que melhorem a vida de vocês — comprar um computador, uma roupa. Tudo isso é válido”, salientou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Fé e disputa pelas periferias. Igreja Católica entra na eleição

Ao pedir que os fiéis votem pela democracia, o alto clero católico entrou na campanha eleitoral. Não declarou apoio à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva nem pediu votos contra Flávio Bolsonaro. Mas a orientação é um divisor de águas num país em que o candidato do PL herda a aliança do bolsonarismo com lideranças evangélicas. A opção dos bispos é disputar os critérios do voto: a defesa das instituições, dos pobres e da liberdade de consciência diante da tentativa de transformar a autoridade religiosa em cabo eleitoral.

O recado mais recente veio da Amazônia: “Nós não temos partido. Mas temos uma causa: o Evangelho e os pobres. Vote pela democracia”, disse o cardeal Leonardo Steiner, arcebispo de Manaus, em vídeo divulgado nesta semana. Dom Guilherme Werlang, bispo de Lages (SC), advertiu contra a manipulação religiosa que pede votos em nome de Deus: “As igrejas não são currais eleitorais”. Ao lado de outros bispos, eles também trouxeram para a escolha eleitoral duas bandeiras de Lula: a soberania nacional e a proteção da Amazônia. Entretanto, nenhum candidato foi citado, apesar de as declarações confrontarem práticas e discursos associados à campanha bolsonarista.

A manifestação regional é o desdobramento prático de prolonga uma posição nacional. Em junho, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reafirmou que não indica candidatos ou partidos, mas pediu respeito à Constituição, às instituições, ao resultado das urnas e à verdade no debate público. O presidente da CNBB, cardeal Jaime Spengler, também defendeu a formação da consciência dos eleitores. O alto clero católico pretende protagonizar discussão moral da eleição sem converter a Igreja em legenda partidária.

Essa posição responde a uma mudança profunda na sociedade brasileira. Segundo o Censo de 2022, os católicos passaram de 65% da população com 10 anos ou mais, em 2010, para 56,7%; os evangélicos cresceram de 21,7% para 26,9%. O catolicismo continua majoritário, mas perdeu presença relativa, sobretudo diante de igrejas que multiplicaram templos, redes de assistência e vínculos cotidianos nas periferias.

Levantamento do Ipea sobre estabelecimentos religiosos registrados em 2021 apontou 52% ligados a denominações pentecostais ou neopentecostais, 19% a evangélicas tradicionais e 11% a católicas. Templos cadastrados não equivalem ao número de fiéis, mas ajudam a medir a capilaridade dessa presença. O contraste aparece nas urnas. Na pesquisa nacional Quaest de abril, Lula tinha 43% das intenções de voto entre católicos, ante 28% de Flávio; entre evangélicos, a relação se invertia: 43% para Flávio e 23% para Lula.

É preciso levar em conta que são preferências medidas em um momento da campanha, não votos determinados pela religião. Ainda assim, mostram porque uma orientação episcopal sobre democracia e justiça social repercute na disputa presidencial, mesmo sem mencionar o nome dos candidatos. Há uma história por trás dessa diferença.

Diálogo e valores

Durante a ditadura militar, a Igreja Católica não falava com uma só voz. Parte de sua hierarquia acolheu o golpe de 1964. Porém, a repressão a religiosos e leigos ampliou a resistência católica. Bispos como dom Paulo Evaristo Arns e dom Hélder Câmara tornaram-se referências na defesa dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, representantes oficiais da Igreja e das Forças Armadas mantiveram a chamada Comissão Bipartite, canal reservado para discutir prisões, tortura e conflitos institucionais.

Dom Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, e o general Antônio Carlos da Silva Muricy, quando chefe do estado-maior do Exército, foram os dois principais protagonistas e articuladores das negociações secretas descritas pelo brasileiro Kenneth Serbin em *Diálogos na Sombra* (Arte e Ciência). Eles foram a base da Comissão Bipartite, ponte institucional entre a Igreja Católica e o regime militar no período mais violento da repressão (1970–1974). Diálogos secretos, denúncia pública e negociação coexistiram. A Igreja procurava proteger pessoas e seu espaço de atuação; os militares buscavam evitar a ruptura com uma instituição influente.

Foi também nas comunidades eclesiais de base que a presença católica ganhou força popular, articulando fé, vida comunitária e reivindicações sociais. Seu enfraquecimento, favorecido pela contenção vaticana das correntes ligadas à Teologia da Libertação e por mudanças mais amplas na Igreja e na sociedade, deixou os espaços que muitas congregações evangélicas ocuparam.

O fato político é que a Igreja Católica perdeu o protagonismo que havia alcançado nas periferias, onde muitas igrejas pentecostais oferecem pertencimento, ajuda imediata e uma voz pública a quem raramente é ouvido pelo Estado. Pastores passaram, também, a disputar mandatos e a apoiar candidatos diretamente.

Essa atuação não define todos os evangélicos, assim como a posição da CNBB não transforma todos os católicos em eleitores de Lula. A própria Igreja Católica abriga correntes conservadoras e progressistas. A novidade agora está na reação explícita de bispos influentes ao uso eleitoral da fé.

Ao dizer que as igrejas não são currais, os bispos defendem a autonomia do fiel e tentam recuperar uma presença pública que o catolicismo viu diminuir. O efeito pode favorecer Lula onde Flávio Bolsonaro depende da mobilização religiosa. Entretanto, é algo maior que a preferência por um presidente: a Igreja Católica busca manter sua capacidade de influenciar os valores que servirão de paradigma para a escolha dos candidatos.

Carta acusa intervenção dos EUA

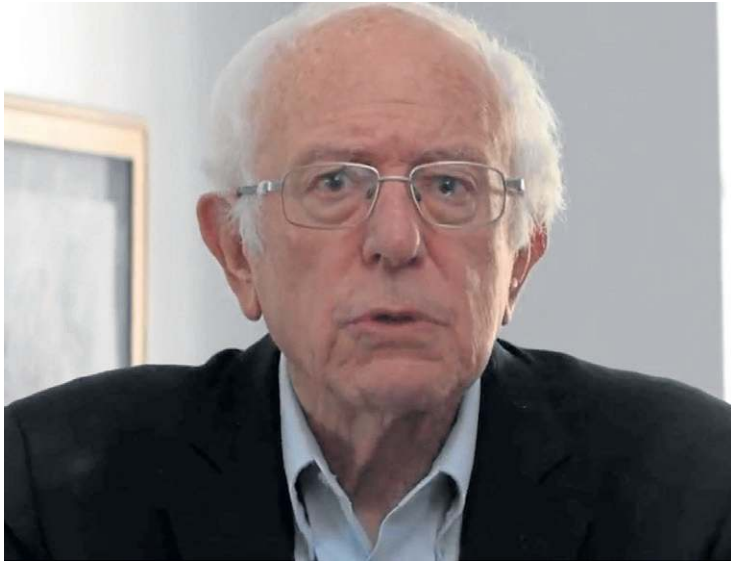
» PEDRO JOSÉ BORGES

Um grupo de parlamentares e senadores dos Estados Unidos enviou, ontem, uma carta ao secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, na qual manifesta preocupação com o que classifica como uma campanha coordenada de interferência e desestabilização da democracia brasileira conduzida pela administração de Donald Trump antes das eleições presidenciais de outubro. O documento é assinado por nomes como o senador Bernie Sanders e os deputados Pramila Jayapal, Alexandria Ocasio-Cortez, Delia Ramirez e Jesús García. Os parlamentares citam uma série de medidas adotadas pelo governo norte-americano desde 2025 e afirmam que as ações representam uma mudança na postura dos EUA em relação às instituições brasileiras.

Entre os episódios mencionados, estão a aplicação de tarifas e sanções contra o Brasil durante o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a carta, o governo Trump utilizou medidas econômicas para pressionar a Corte no processo envolvendo Bolsonaro, acusado de tentar um golpe de Estado para permanecer no poder.

O documento também cita a investigação comercial aberta pelo governo dos EUA sob a Seção 301, que resultou na aplicação de

Reprodução/Twitter



Sanders é um dos signatários da carta entregue a Marco Rubio

tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros. De acordo com os parlamentares, a investigação ocorreu em meio às críticas de Trump às decisões da Justiça brasileira sobre Bolsonaro e empresas norte-americanas de redes sociais.

Outro ponto destacado é a atuação de Darren Beattie, nomeado assessor senior do Departamento de Estado para assuntos relacionados ao Brasil. Os parlamentares questionam a escolha e fazem críticas às posições públicas de Beattie sobre instituições brasileiras. O funcionário já havia sido impedido de entrar

no Brasil em março, após o Ministério das Relações Exteriores apontar omissão e falseamento de informações sobre os motivos de sua viagem.

A carta também menciona a aproximação entre Trump e o presidente Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Segundo o documento, em maio, durante encontro no Salão Oval, Flávio teria solicitado a classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Dois dias depois, o Departamento de Estado adotou a medida, de acordo com os parlamentares.

Relatório da Abin

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) distribuiu um relatório ao Palácio do Planalto, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no fim de agosto, em que adverte, veementemente, sobre a influência dos EUA. Chama atenção o alerta de que a intervenção a partir de Washington chega a um “nível de criticidade”.

Segundo o relatório, que reúne documentos do governo norte-americano colhidos entre novembro de 2025 e maio de 2026, a meta de Trump é a “redução da influência de potências rivais dos EUA na América Latina e de negação do acesso dessas potências a ativos estratégicos, riquezas naturais e infraestruturas na região, em favor de seu controle, direto ou indireto, pelo governo dos EUA ou pelo capital privado estadunidense”.

Já o Instituto Vladimir Herzog encaminhou ao secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, uma carta alertando para a ingerência dos EUA no processo eleitoral brasileiro. O documento, datado de 17 de setembro, afirma haver riscos de pressão sobre instituições nacionais e de eventual contestação do resultado das urnas pela Casa Branca. O documento elaborado pelo IVH lista decisões e tentativas do governo Trump entendidas como a preparação da interferência na corrida presidencial.